

FLUXOS MIGRATÓRIOS: O INCREMENTO E O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL NO OESTE DO PARANÁ- 1940 A 1999

Marta Izabel Schneider Fiorentin¹

Mirian Beatriz Schneider Braun²

Zeli Rengel da Silva³

RESUMO: A Região do Sul do Brasil, durante trinta anos, a partir de 1940, apresentou taxas de crescimento superiores às das demais regiões e à média brasileira. Assistiu-se, nesse período, ao acelerado processo de expansão e consolidação da fronteira agrícola, sendo que este movimento foi mais intenso e perdurou por muito mais tempo no Paraná. Neste contexto, o Paraná, até 1970, foi considerado uma área de forte atração populacional. As ocupações iniciaram-se nos anos 30, tendo seu auge na década de 50. A população paranaense cresceu, até 1970, 5,5 vezes. De 1.236 mil habitantes, em 1940, passou para 6.929, em 1970, considerado acima da média brasileira. Esse trabalho tem como principal objetivo acompanhar os movimentos migratórios do Oeste Paranaense, no período entre 1940 e 1999, buscando identificar os fatores que promoveram esse processo migratório. Pretende-se ainda analisar os movimentos de migração rural-rural, (e rural-urbana) no processo de incremento (esvaziamento) de população; identificar os fatores que promoveram tais processos migratórios, tanto de incremento como de esvaziamento populacional.

PALAVRAS-CHAVE: Região Sul, taxas de crescimento, movimentos migratórios

¹ Especialista em História Econômica pela Universidade Estadual do Oeste Paranaense (UNIOESTE); Historiadora; Coordenadora do Curso de História da Universidade Paranaense (UNIPAR); E-mail: mfiorentin@uol.com.br

² Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora de Economia da Universidade Estadual do Oeste de Paraná (UNIOESTE) e da Universidade Paranaense (UNIPAR). Endereço: Rua Maringá, 2900-La Salle 85903-000-Toledo-Paraná-Brasil-e-mail: sb@certto.com.br

³ Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Oeste de Paraná (UNIOESTE).

ABSTRACT: The Area of the South of Brazil, for thirty years, starting from 1940, presented superior growth rates to the one of the other areas and the Brazilian average. It was attended, in that period, to the accelerated expansion process and consolidation of the agricultural border, and this movement was more intense and it lasted long for very more time in Paraná. In this context, Paraná, up to 1970, an area of strong attraction of population was considered. The occupations began in the thirties, tends its peak in the decade of 50. The population paranaense grew, up to 1970, 5,5 times. Of 1.236 thousand inhabitants, in 1940, it passed for 6.929, in 1970, considered above the Brazilian average.

That work has as main objective to accompany Oeste Paranaense's migratory movements, in the period between 1940 and 1999, looking for to identify the factors that promoted that migratory process. It is still intended to analyze the movements of rural-rural migration, (and rural-urban) in the increment process (emptying) of population; to identify the factors that promoted such migratory processes, so much of increment as of emptying of population.

KEY WORDS: South area, growth rates, migratory movements

1. Introdução

A Região do Sul do Brasil, durante trinta anos, a partir de 1940, apresentou taxas de crescimento superiores às demais regiões e à média brasileira. Assistiu-se, nesse período, ao acelerado processo de expansão e consolidação da fronteira agrícola, sendo que este movimento foi mais intenso e perdurou por muito mais tempo no Paraná. Inserido neste contexto, o Paraná, até 1970, foi considerado uma área de forte atração populacional. As ocupações iniciaram-se nos anos 30, tendo seu auge na década de 50. A população paranaense cresceu, até 1970, 5,5 vezes. De 1.236 mil habitantes, em 1940, passou para 6.929, em 1970, considerado acima da média brasileira (IPARDES, 1997).

Em 1940, dois terços da população paranaense era rural, já em 1970, no censo, a população urbana ultrapassava a rural em 56% do total. Durante a década de 40, foi bastante alto o ritmo de absorção de mão-de-obra na indústria, especialmente na construção civil, na indústria de

transformação e nas outras subdivisões do secundário (HOFFMAN, 1980), demonstrando assim que a fronteira agrícola gerou encadeamentos com outras áreas.

Observa-se que há uma interdependência setorial entre a agricultura, indústria e comércio. As migrações intensas estão atreladas às transformações econômicas ocorridas dentro destes setores. O setor agrícola como servia de base para expansão dos outros setores, era o primeiro a sofrer as consequências. Inicialmente, com a expansão da fronteira agrícola, ocupando novas áreas no processo de produção extensiva. E, num segundo momento, com as alterações na estrutura fundiária, intensificando a produção, pela utilização de novas técnicas produtivas. Esse processo deu-se em nível nacional, porém, no Paraná, com maior intensidade e, no Oeste do Paraná, com algumas particularidades. A problemática está em identificar os fatores que contribuíram para que a Região Oeste do Paraná se tornasse um pólo de atração populacional rural em um determinado período e, em seguida, promovesse o esvaziamento dessa população.

Este trabalho tem como principal objetivo acompanhar os movimentos migratórios do Oeste Paranaense no período entre 1940 e 1999, buscando identificar os fatores que promoveram esse processo migratório. Pretende-se ainda analisar os movimentos de migração rural-rural, (e rural-urbana) no processo de incremento (esvaziamento) de população; identificar os fatores que promoveram tais processos migratórios, tanto de incremento como de esvaziamento populacional.

À guisa de referencial metodológico, este trabalho está relacionado à Demografia Econômica, buscando mostrar os movimentos populacionais, os aspectos históricos, econômicos e os fatores que contribuíram para os deslocamentos dos fluxos migratórios. Serão mostrados os dados dos movimentos migratórios em nível Nacional, Estadual e Regional através de quadros, tabelas, gráficos e mapas, passando, a *posteriori*, para a análise particular dos dados do Oeste Paranaense.

O estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, dados fornecidos pelas Instituições: AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná); IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística).

2. Processo histórico

Milhares de colonos sulistas migraram para a Região Oeste do Paraná quando o ciclo da erva-mate já estava extinto. Atraídos pelo ciclo da madeira, entre os anos 30 e 40, inúmeras famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em especial colonos descendentes de poloneses, alemães e italianos, dedicaram-se ao corte da madeira, substituindo árvores por grandes lavouras de cereais, algodão e criação de suínos. Alguns municípios absorveram correntes migratórias lideradas por colonizadoras oriundas das áreas cafeeiras do norte do estado e de São Paulo, além de mineiros e nordestinos (AMOP - Associação dos Municípios do Oeste Paranaense, <http://www.uol.com.br/cidadeconline/pr/cascavel/ext09.htm>).

O Paraná, basicamente, foi ocupado por três ondas de povoamento que se efetivaram em períodos e circunstâncias distintas em consonância com grandes ciclos econômicos verificados no Estado. Essas características vieram delimitando os contornos regionais de três grandes comunidades no Paraná. Embora cada região apresente heterogeneidades internas, características e propriedades comuns historicamente determinadas circunscrevem seu âmbito. O primeiro povoamento abrigou-se no chamado Paraná Tradicional (área litorânea, polarizada por Paranaguá, passando por Curitiba e abrangendo vastas regiões de Campos no Centro-Sul do Estado), centrando suas atividades nas pecuárias de extensão, nas indústrias de erva-mate e de madeira, geralmente desenvolvidas em grandes latifúndios. A predominância destas atividades estendeu-se até as primeiras décadas do século XX, imprimindo à economia do Estado um incipiente nível de desenvolvimento das forças produtivas e uma baixa capacidade de acumulação de capital.

Em meados da década de 1940, é notável a segunda onda de povoamento integrada, principalmente, por agricultores que ocuparam o Norte do Estado em busca das terras roxas, consideradas muito férteis, fator que possibilitaria o prolongamento da atividade cafeeira, até então dominada por São Paulo. Esta atividade veio propiciar as bases do dinamismo da economia paranaense no período subsequente. A terceira frente de expansão povoou o Extremo-Oeste e o Sudoeste do Estado, formada por colonos que vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, voltados à policultura alimentar e à pecuária suína. Culturas que caracterizaram uma estrutura fundiária marcada pela presença da pequena propriedade familiar (MAGALHÃES, 1992).

Tanto o Extremo-Oeste como o Sudoeste, mantinham como força

de trabalho principal a mão-de-obra familiar dos proprietários, 59% e 82% respectivamente, tinham por responsável o proprietário (IPARDES, 1983).

No Oeste e Sudoeste Paranaense, duas ordens de fatores definiram a penetração de correntes de povoamento provenientes do Sul do País. Pela inexistência de meios de comunicação, até a década de 20, essas áreas não eram interligadas ao restante do Estado, deixando essa região desconhecida e despovoada. Até então, a única atividade desenvolvida nessas áreas era a exploração predatória da erva-mate e da madeira. Nessa mesma época, inicia-se, no Rio Grande do Sul, por um lado, um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, por outro, a ampliação de grandes propriedades voltadas à pecuária, gerando um excedente populacional agrícola em busca de oportunidades de sobrevivência. Esse fluxo populacional gaúcho, juntamente com agricultores vindos de Santa Catarina, em sua maioria de origem italiana e alemã, e em grande parte providos de algum recurso financeiro e de instrumentos de trabalho, o que lhes permitia e assegurava-lhes a instalação de uma propriedade no meio rural (MAGALHÃES, 1995 *apud* PARISOTTO, 1996).

Por volta da década de 20, a primeira leva de imigrantes sulistas instalou-se, de forma espontânea, em áreas rurais do Oeste e Sudoeste do Paraná, formando pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar e direcionando a produção para lavouras de subsistência. O baixo dinamismo da Região Oeste paranaense perdurou por décadas, devido à inexistência de estradas e da disponibilidades de infra-estrutura urbana.

Nos anos 30, as companhias particulares é que exerciam o controle das iniciativas de colonização no Paraná. Mas, como essas companhias praticavam muitos abusos contra os colonos, o gerenciamento dos fluxos migratórios passou a ser de responsabilidade do governo. Para isso, foram criados a Fundação Paranaense de Imigrações e Colonização (1947) e o Departamento Administrativo do Oeste (1948), que, posteriormente, passou a ser Departamento de Fronteira. Estes órgãos tinham por objetivo estabelecer uma colonização disciplinada e dotar a região ocupada de infra-estrutura capaz de melhorar a qualidade de vida da população.

A partir de 1939, o Governo do Paraná estende os seus projetos colonizadores à região Oeste do Estado fundando colônias e impulsionando o mercado de terras local. Com isso, as companhias privadas de colonização

viram-se estimuladas a investir em terras e implementar projetos de assentamentos. O mais significativo desses empreendimentos foi desenvolvido pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio do Paraná - MARIPÁ, sediada em Toledo e de capital Riograndense. Na divisão da área, seguiu-se um padrão de pequenas propriedades devido à escassez de capital por parte dos colonos (CIGOLI, 1999).

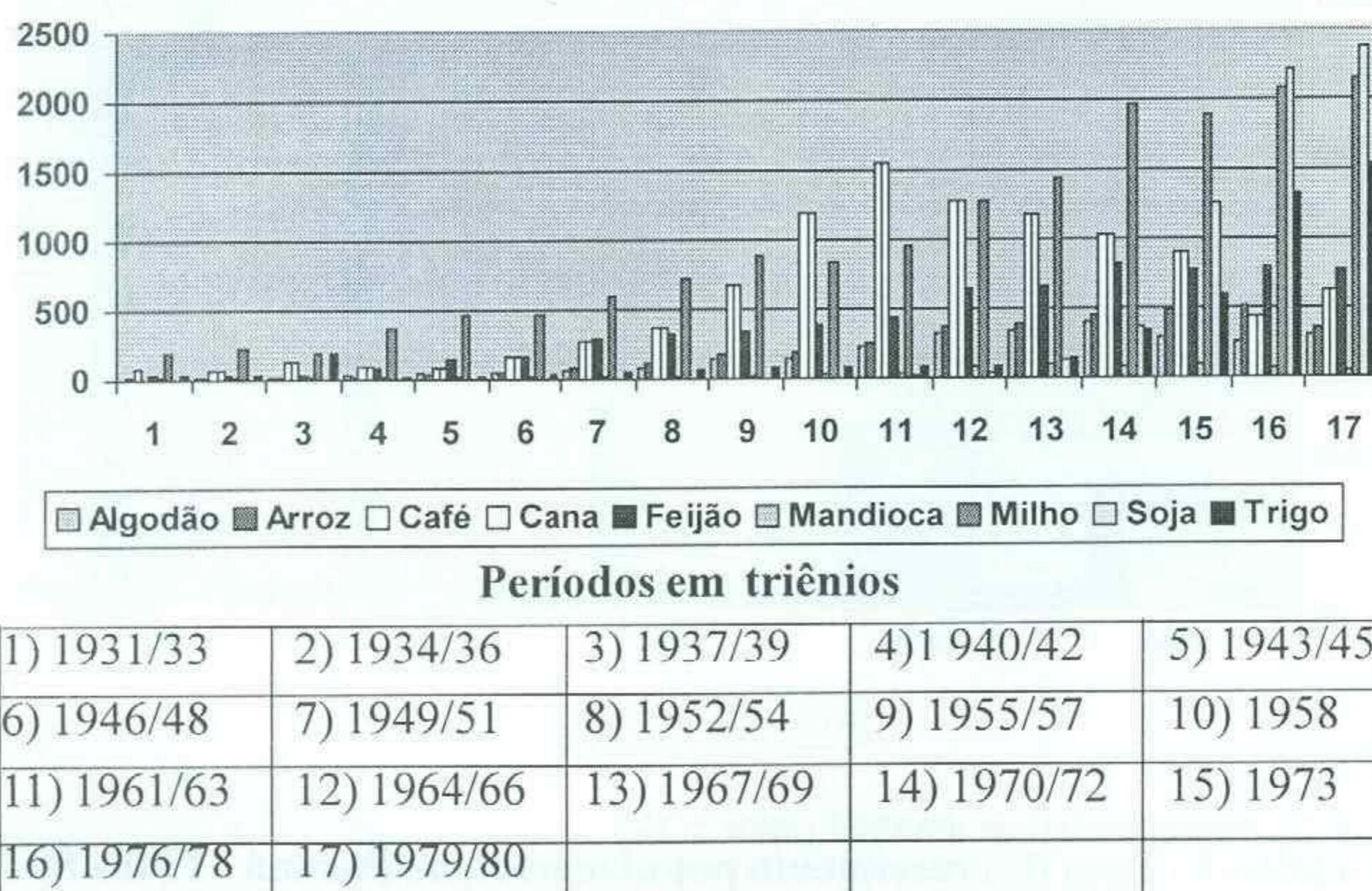
Essas iniciativas colonizadoras atraíram grandes contingentes de produtores gaúchos e catarinenses de forma que, no início dos anos 50, a maior parte dos loteamentos públicos ou privados do Oeste do Paraná havia sido comercializada. De certa forma, além da oferta, o preço das terras, via de regra, prometia aos novos colonos a aquisição de propriedades que lhes possibilitaria reproduzir sua condição de produtores rurais. Embora fossem pequenas propriedades, tendo em vista a qualidade do solo podiam ser consideradas de tamanho médio (em torno de 20 hectares). Além disso, como a força de trabalho alocada na produção era apenas familiar, as condições topográficas do Oeste paranaense eram favoráveis, uma vez que se assemelhavam a das regiões de origem dos imigrantes. Isso permitiu-lhes reproduzirem práticas e atividades econômicas desenvolvidas anteriormente nas regiões gaúchas. Também o fato dessas comunidades estarem isoladas do resto do estado, até o final dos anos 50, devido à falta de meios de comunicação e de transporte na sua região, os migrantes de origem ítalo-germânica puderam preservar também as fortes tradições que passavam de descendência para descendência (MAGALHÃES, 1996).

Isso justifica, em grande parte o surto de ocupação do Oeste do Paraná, no início dos anos 50, composto por dois fluxos migratórios importantes. Um proveniente da população liberada do café e outro vindo do Sul do País. Essa expansão da agricultura deu-se, fundamentalmente, através da exploração agrícola que combinava técnicas de cultivo rudimentar e a utilização do trabalho intensivo de mão-de-obra familiar formada pelos pequenos proprietários. A condição de fronteira facilitou apenas o acesso a terra. O que alargou a fronteira real do campo paranaense foi a característica de cultivo próprio que mantinha o trabalhador junto ao seu local de trabalho. O Oeste e Sudoeste detinham a maior concentração de população rural do Estado (IPARDES, 1983).

Durante as décadas de 30 e 40, a Região Oeste do Paraná produzia, exclusivamente, para o auto consumo das unidades agrícolas, pois não havia

meios de comunicação e transportes para a comercialização dos produtos excedentes. A integração e a dinamização dessa região deu-se no final da década de 50, com a implantação de um sistema viário que, conjugado à capacidade técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos, viabilizou e impulsionou a produção de excedentes agrícolas para a comercialização nos mercados de Curitiba e São Paulo (MAGALHÃES, 1995 *apud* PARISOTTO, 1996).

Gráfico 1 - Evolução da área cultivada por cultura, estado do Paraná, médias trienais 1931/33 - 1979/80 (1.000 ha)

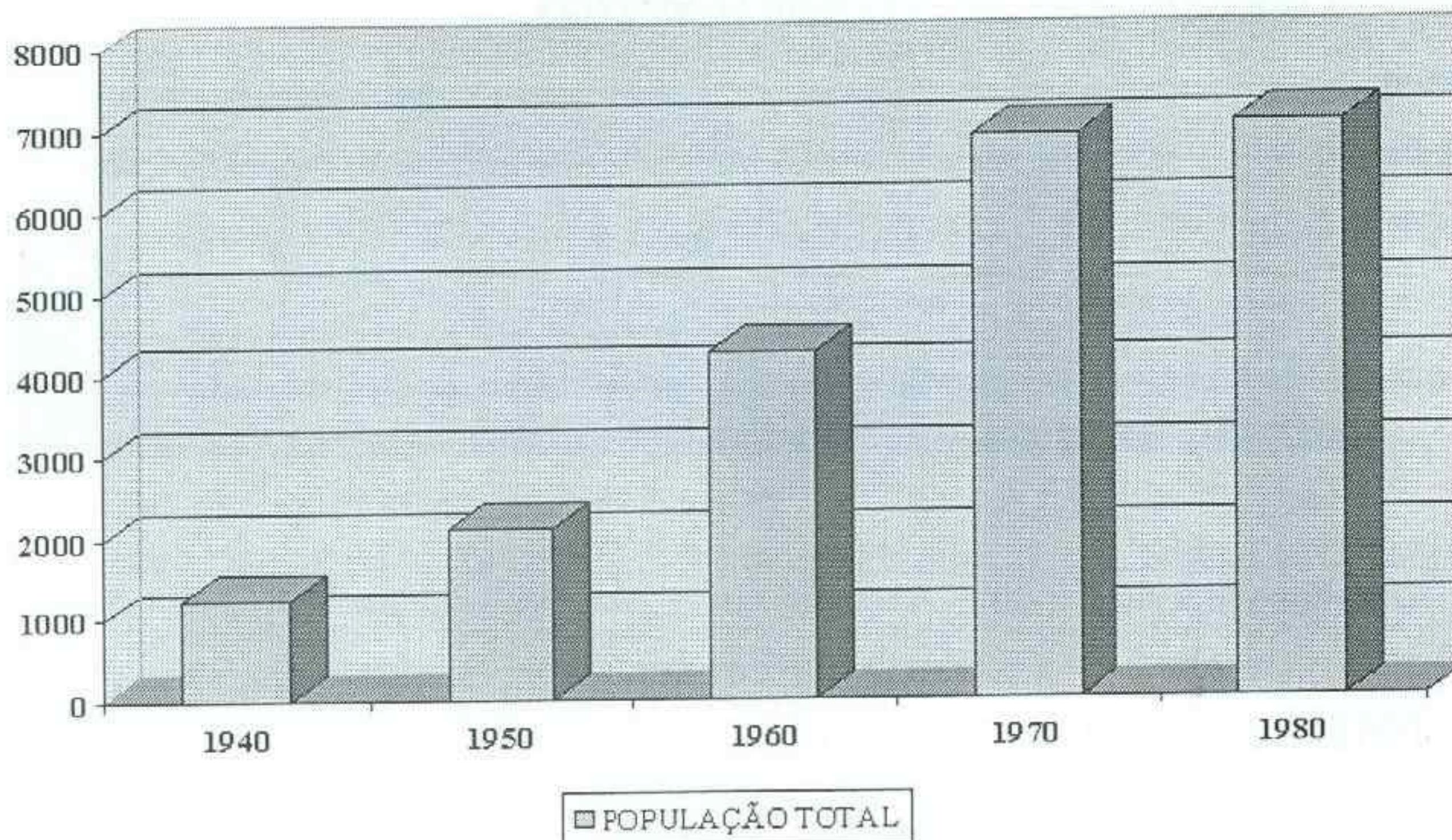


FONTE: Dados compilados a partir de MELO, 1983.

No início dos anos 60, mesmo com o declínio do café, a economia agrícola paranaense mostrou um acentuado incremento – 2086 mil hectares entre 1961/63 e 1970/72. A composição desse crescimento deu-se pelas culturas de milho, 48,1%; feijão, 18,1%; soja, 17,3%; trigo, 12,5%; arroz, 9,9%; algodão, 8,8%; amendoim, 5,0%; mandioca, 2,3% e café, -24,5%. As quatro culturas domésticas alimentares: milho, arroz, feijão e mandioca foram responsáveis por 72,4% do crescimento da área total no Paraná entre 1961/63 e 1970/72 (MELO, 1983).

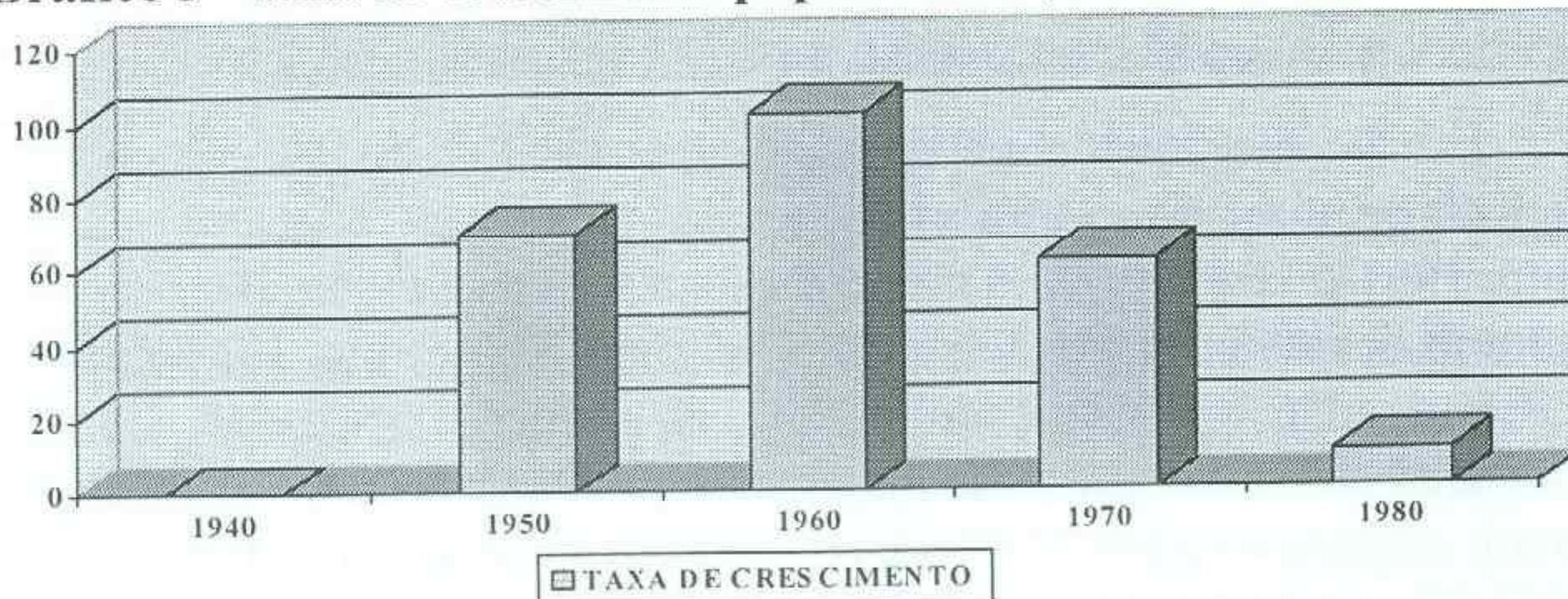
A composição e distribuição da população paranaense alterou-se, sensivelmente, pressupondo novas iniciativas públicas. Até a década de 60, o Paraná caracterizava-se como uma área de atração dos fluxos migratórios, mas já no final da década esta posição inverte-se: os fluxos partiam do Paraná e seguiam em direção ao Centro-Oeste e Amazônia. Na década seguinte essa situação atinge maiores proporções reduzindo sensivelmente a taxa de crescimento demográfico. Essa situação pode ser observada nos Gráficos 2 e 3 a seguir.

Gráfico 2 - População total no Paraná - 1940 - 80 (em mil habitantes)



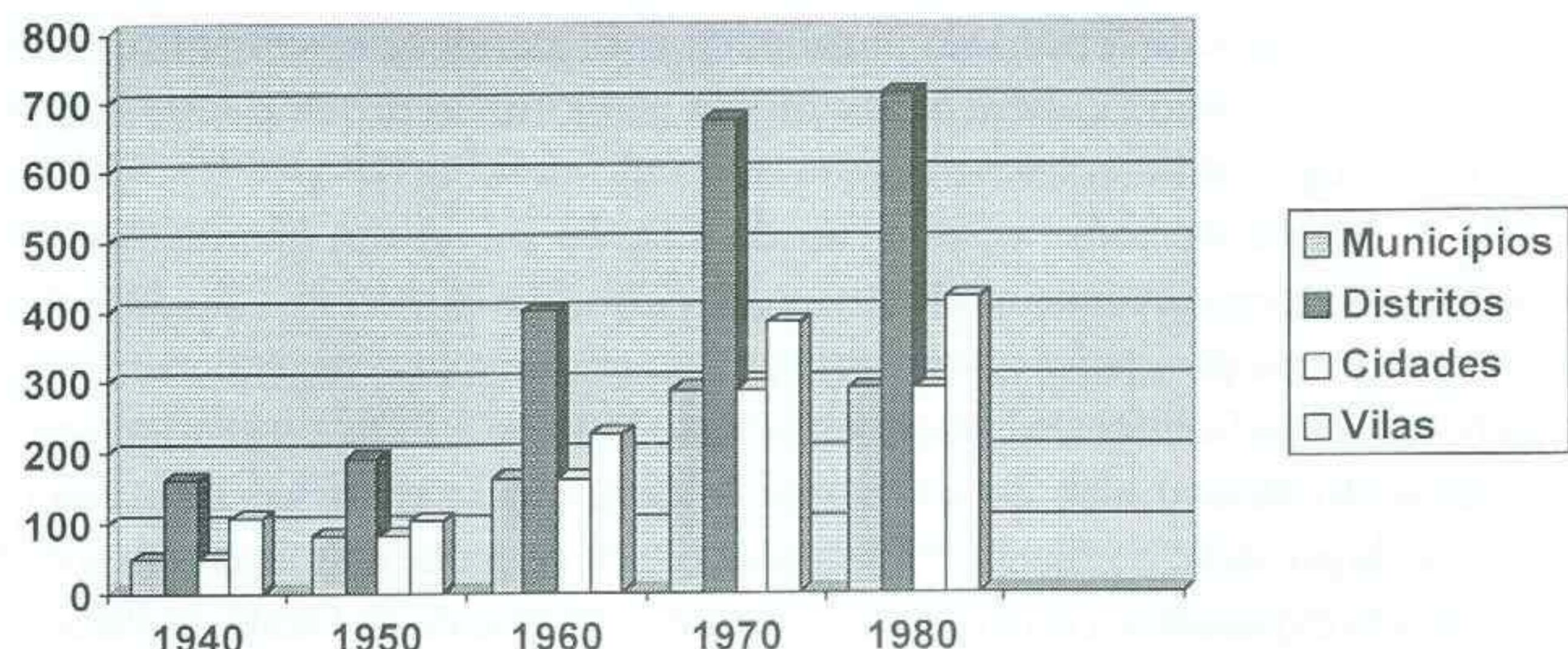
FONTE: A partir de tabela de IPARDES (1983), p. 298.

Gráfico 3 - Taxa de crescimento populacional, no Paraná - 1940 - 80



FONTE: A partir de tabela de IPARDES (1983), p. 298.

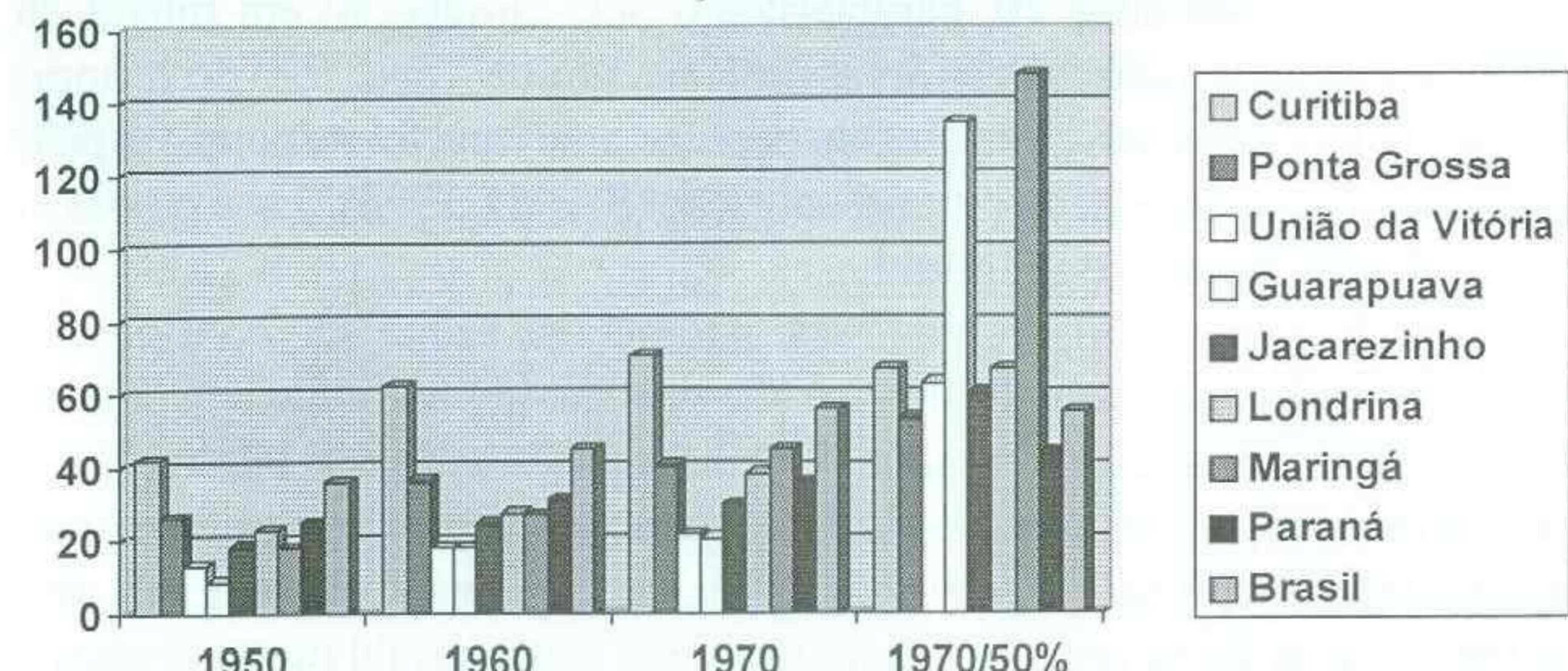
Gráfico 4 - Variação do crescimento dos municípios, distritos, cidades e vilas do Paraná - 1940 A 1980



FONTE: A partir de tabela de IPARDES (1983), p. 298.

Com a integração e dinamização do Oeste do Paraná, novos capitais ingressaram à região e grandes propriedades agrícolas se formaram, especialmente em áreas ainda não ocupadas. Houve uma grande proliferação de Municípios durante a expansão de fronteira agrícola, mas os Distritos cresceram em maior número, ficando as vilas em terceiro lugar. Isto mostra a necessidade de suporte à população que se instalou no Estado durante este processo, 1940 a 1970. De 1970 a 1980, estabiliza-se o número de Municípios e houve um pequeno crescimento em número de Distritos e Vilas no Estado. Isto caracterizou a ocupação do Estado organizando-se para suportar o incremento populacional.

Gráfico 5 - Taxas de urbanização, no Paraná - 1950/70



FONTE: Dados compilados a partir de MELO, 1983.

Nesse período, o crescimento das zonas urbanas teve que ser planejado sob pena de uma implantação desordenada e onerosa: não só os serviços urbanos deveriam ser ampliados para atender a esse contingente populacional, como também as atividades econômicas urbanas teriam que gerar empregos suficientes para absorver a mão-de-obra (IPARDES, 1989).

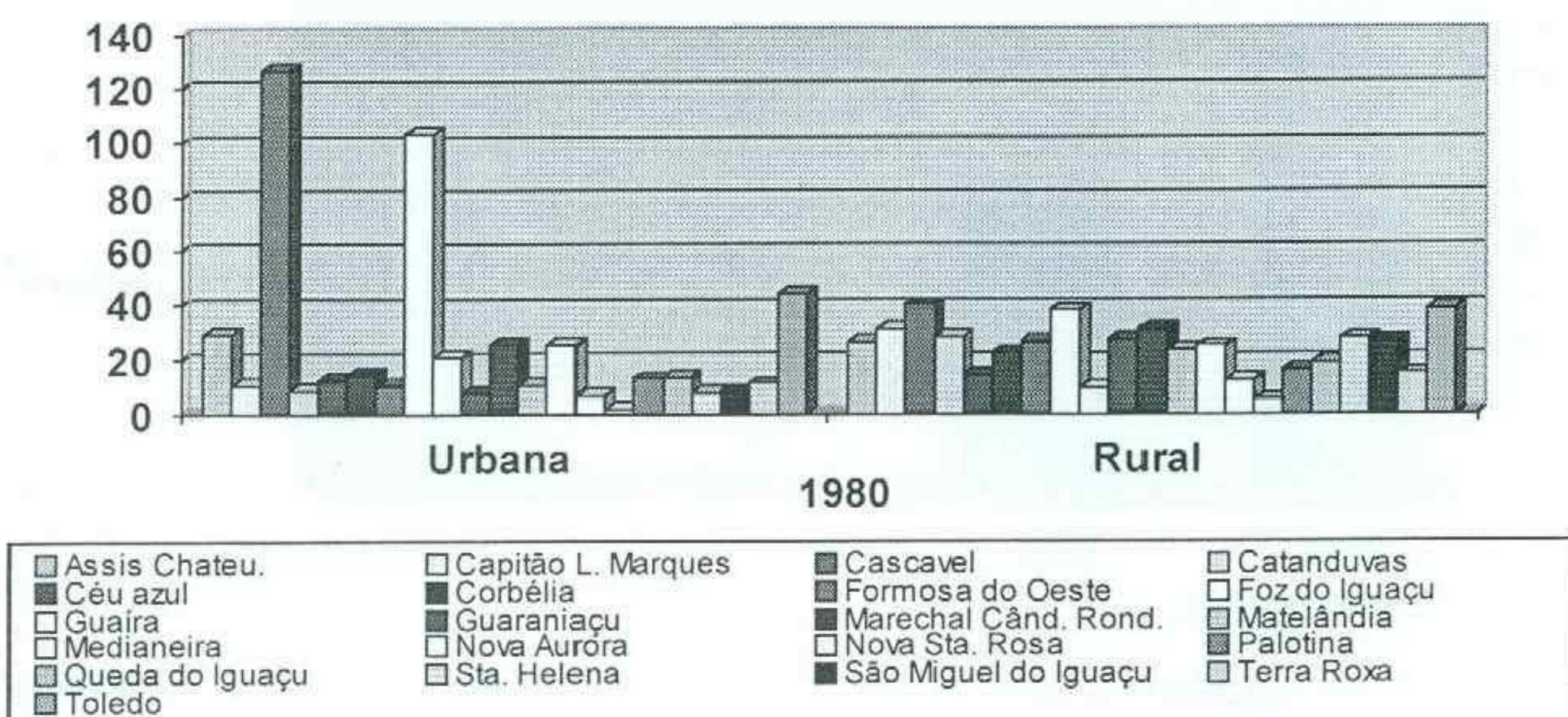
Nesse período, o governo do Estado inicia um planejamento estratégico desenvolvendo alternativas que permitiam a manutenção do nível de emprego em atividades agropecuárias e no extrativismo vegetal, para isso estabelece uma Política de Desenvolvimento Urbano – PDU, implantando o saneamento básico, uso do solo, aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Em síntese, o mesmo processo que determinou a acelerada expansão e consolidação de fronteira agrícola do Oeste do Paraná marcada pela presença de um grande número de pequenos estabelecimentos e, por uma estrutura de posse da terra relativamente desconcentrada, condicionou o notável crescimento demográfico da região. A exemplo do Estado que superou, em muito, a média nacional entre 1940 e 1970, no final desse período, a população paranaense havia mais que quintuplicado em relação ao número de habitantes registrado em 1940 (MAGALHÃES, *apud* PARISOTTO, 1996).

3. O Esvaziamento populacional rural do oeste paranaense

Após um período de ocupação acelerada do espaço rural do Estado, decorrente de sua expansão de fronteira agrícola, sobreveio o êxodo rural, a partir dos anos 70, caracterizado pela emigração em massa da população rural em direção às áreas urbanas, muitas vezes fora do próprio Estado. O fenômeno do esvaziamento populacional rural foi responsável pelo início de um rápido processo de urbanização (SAAD, 1998). Esse processo pode ser visto através do Figura 1.

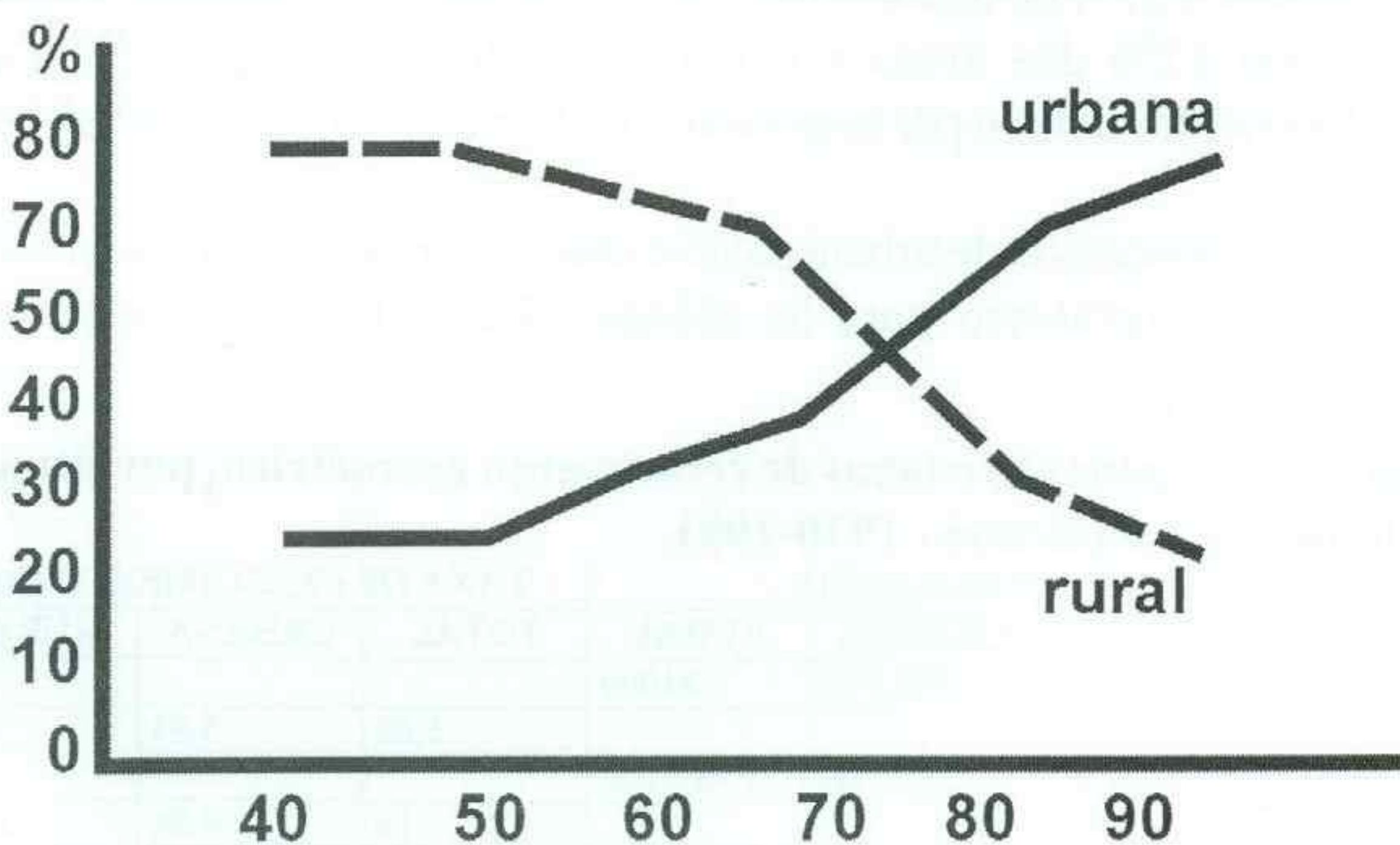
A região do Extremo-Oeste paranaense reduz seu contingente populacional, entre a década de 70 e 80, em 126.451 habitantes. Cerca de 53% desses migrantes procuraram os centros urbanos de São Paulo. Desse montante, somente em torno de 150 mil pessoas foram para as áreas rurais do Mato Grosso do Sul e Amazônia. Estima-se que, aproximadamente, 400 mil brasileiros deixaram o Estado para ocupar extensas faixas da fronteira

Gráfico 6 - População dos municípios e distritos - 1970 A 1980 - variação da população urbana sobre a rural.



FONTE: Anuário Estatístico do IBGE, vários volumes.

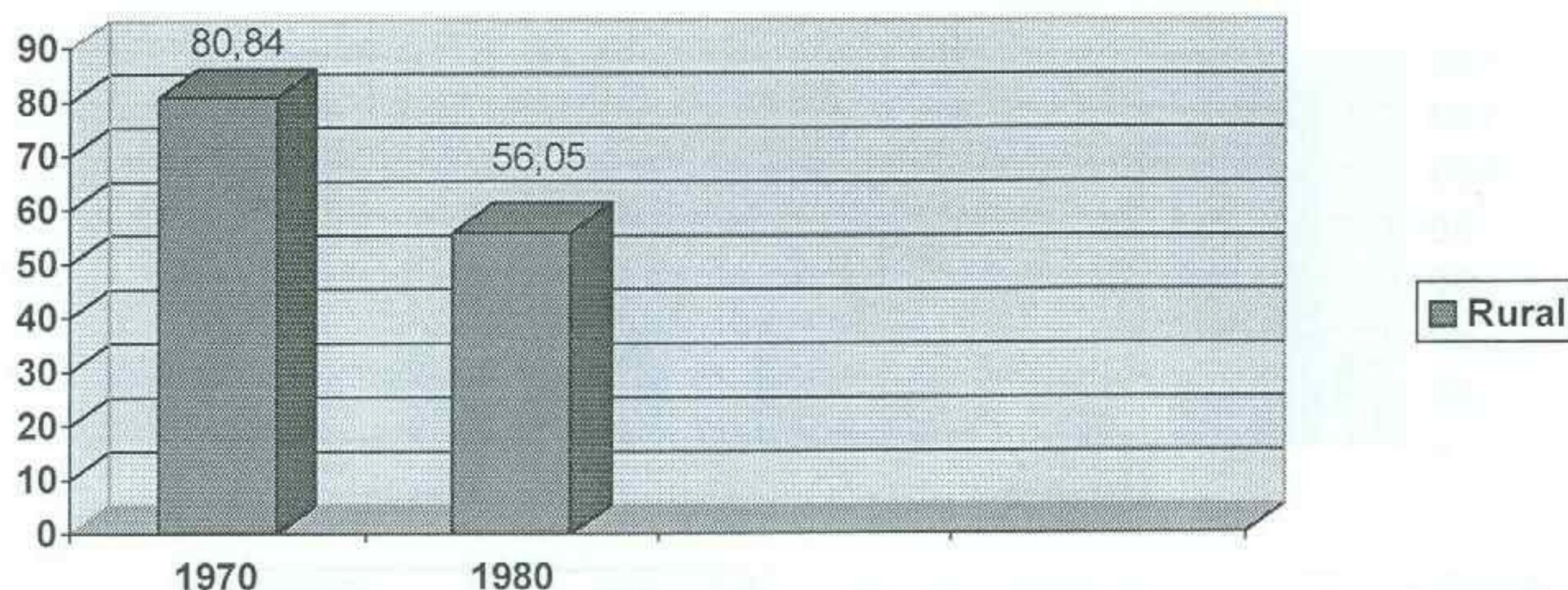
Figura 1 - Taxas de urbanização e ruralização do Paraná – 1940-1990



FONTE: IPARDES, 1985.

do Paraguai-Brasil. Esses, denominados de “brasiguaios”, segundo MAGALHÃES (1996), em sua maioria desprovidos de posses, inseriam-se na estrutura de produção agrícola paraguaia como agregados, parceiros e arrendatários ou assalariados (IPARDES, 1983).

Gráfico 7 - Participação da população rural na população total da região oeste – 1970 – 1980



FONTE: IPARDES, 1983.

As regiões Oeste e Sudoeste concentram 35% das lavouras temporárias do Estado. São as principais produtoras de milho, feijão e soja. Em 1980, só o Extremo-Oeste do Paraná respondia por 27% da área colhida de soja, 45% da área total de lavouras, incluindo consumo de pacotes tecnológicos, e 23% do aumento de tratores (os maiores índices do Estado). Incorporou 12% das áreas novas do Estado, sendo que 59% dos estabelecimentos tinham por responsável o proprietário da terra (IPARDES, 1983).

Os processos de urbanização e industrialização foram a causa do movimento migratório para as cidades. Paralelamente, ocorreram

Quadro 1 - População e taxas de crescimento geométrico, por situação de domicílio, no paraná - 1970-1991

ANO	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1940	1.236.276	302.272	934.004			
				5,61	5,84	5,54
1950	2.115.547	528.288	1.587.259			
				7,16	9,31	6,33
1960	4.268.239	1.305.927	2.962.312			
				4,97	6,73	4,10
1970	6.929.868	2.504.378	4.425.490			
				0,97	5,97	-3,32
1980	7.629.392	4.725.961	3.156.831			
				0,92	3,00	+3,03
1991	8.442.507	6.193.100	2.249.407			

FONTE: Dados compilados a partir de PARISOTTO (1996); MAGALHÃES (1995).

modificações no ambiente rural. Expandiram-se as técnicas capitalistas produzindo o desemprego e, consequentemente, a expulsão dos trabalhadores do campo. O efeito demonstração também surgiu como elemento importante na movimentação das pessoas (IANNI, 1987).

As transformações da estrutura fundiária do Oeste paranaense deram-se no sentido de reforçar os médios e grandes estabelecimentos. A adequação da base agrícola não produziu os mesmos efeitos do Norte do Estado deixando uma massa de trabalhadores sem terra, nem generalizou nas mesmas dimensões, o trabalho assalariado. O acréscimo de terras incorporadas ao processo produtivo foi viabilizado no Oeste sem o incremento da força de trabalho (IPARDES, 1983), conforme Quadro 2.

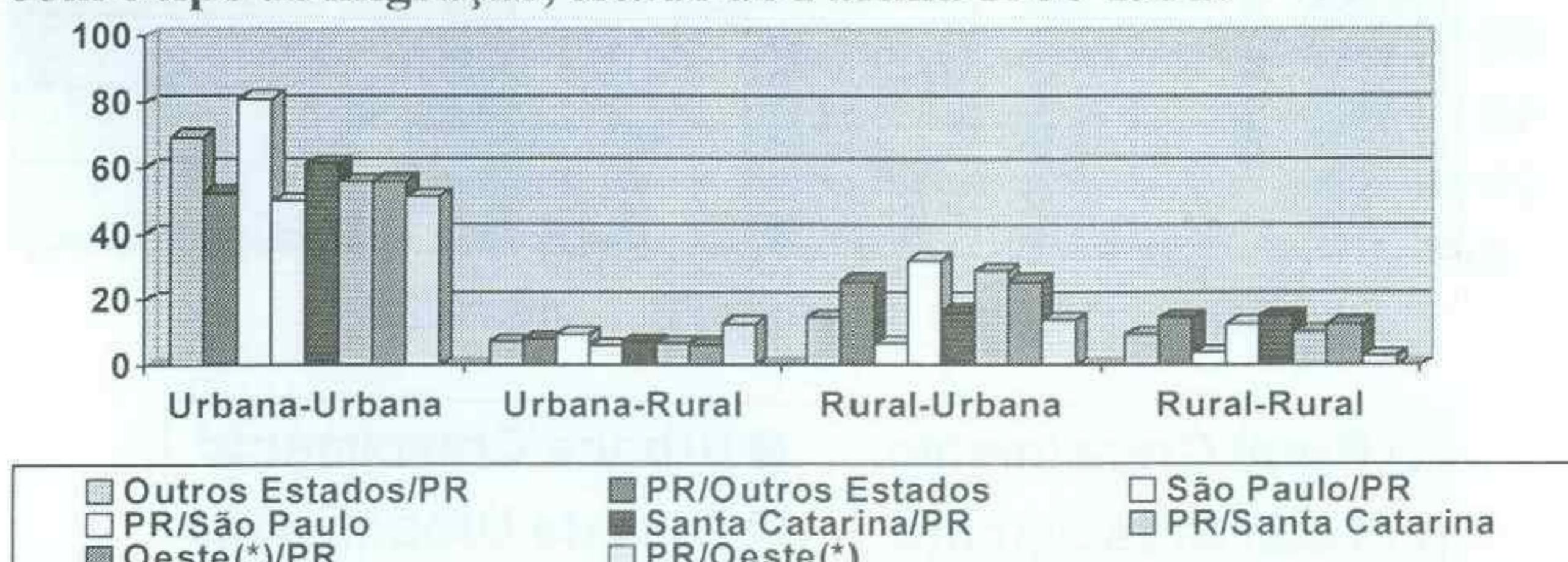
Quadro 2 - Variação das áreas de lavoura e pessoal ocupado, segundo MRH extremo-oeste paranaense e sudoeste paranaense - 1970-1980

MRH	ÁREA DE LAVOURAS (ha)			PESSOAL OCUPADO		
	1970	1980	Var %	1970	1980	Var %
Extremo-Oeste Paranaense	658.509	1.198.599	82,0	309.372	285.698	(7,7)
Sudoeste Paranaense	387.544	659.385	70,1	195.330	218.730	11,9

FONTE: IPARDES (1983).

O gráfico 8 mostra que os maiores movimentos populacionais no período ocorreram nas migrações do tipo rural-urbana e urbana-urbana. As migrações com destino ao Paraná foram mais expressivas, em relação às migrações oriundas do Paraná para outras regiões.

Grafico 8 - Composição de fluxos migratórios selecionados de acordo com o tipo de migração, estado do Paraná 1986-1991.

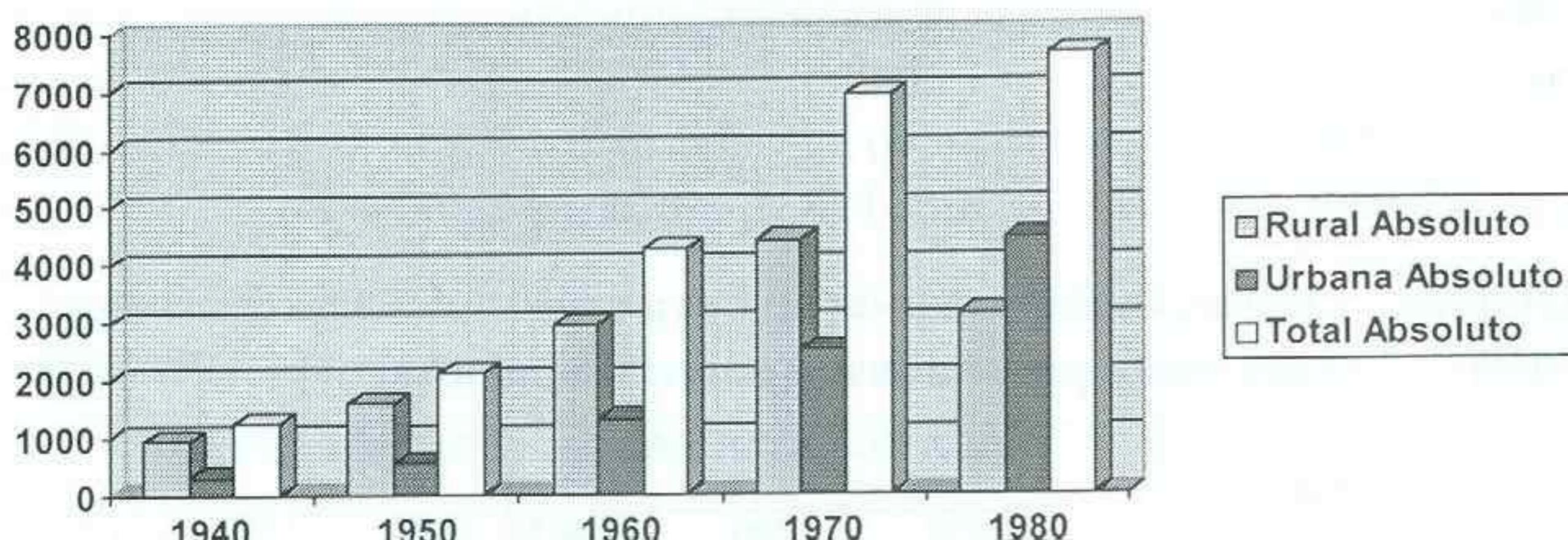


(*) Incluir os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

FONTE: Dados extraídos do Quadro 12, anexo.

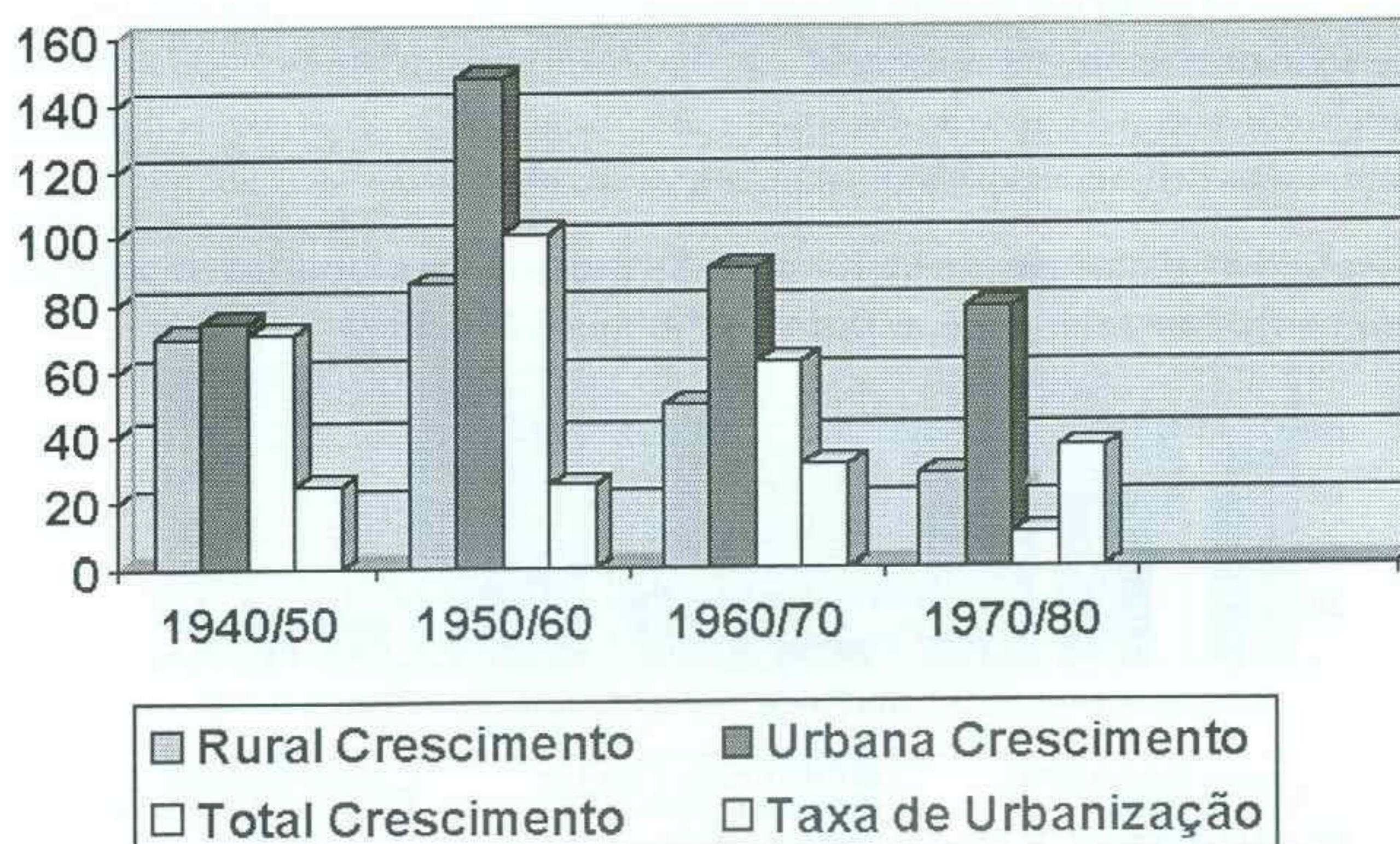
Na década de 70, o crescimento da população rural do Paraná sofreu uma reversão, perdendo mais de um quarto de seu contingente populacional. A população urbana, paralelamente, teve um crescimento de 78% (IPARDES, 1983). Conforme Gráfico 9 e 10.

Gráfico 9 - População rural, urbana e total em absoluto, nas décadas de 40 a 80



FONTE: SAAD, 1998

Gráfico 10 - Crescimento populacional e taxa de urbanização da população nas décadas de 40 a 70



FONTE: SAAD, 1998.

O gráfico 10, mostra que a população rural cresceu em níveis elevados até a década de 60, chegando a 74,8%, mas este percentual passa para 28,6%, entre a década de 70 e 80. Paralelamente, a população urbana cresce e ultrapassa a rural do percentual de 74,8% para 148,3%. No total, a população cresce até a década de 60, caindo para 10,1% no período entre 1970 e 1980. A significativa redução da população rural caracteriza o **esvaziamento populacional do Estado**.

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos (SINGER, 1985, p.40).

Como as cidades não cresceram o suficiente para absorver o contingente populacional expulso do campo, de acordo com o Censo Demográfico de 1980 da FIBGE, os 1.168.000 paranaenses que migraram, cerca de 590.000, dirigiram-se para o Estado de São Paulo. Esse esvaziamento deve-se em grande parte, às mudanças estruturais na economia que afetaram diretamente o setor agrícola (IPARDES, 1983).

De acordo com PARISOTTO (1996), os dados censitários de 1980, indicam um montante de, aproximadamente, 350 mil pessoas que teriam deixado o Paraná em direção ao Norte do Brasil nos dez anos anteriores. Milhares de famílias, na maioria procedentes das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, puseram-se em marcha para Rondônia e, nos últimos anos da década de 70, para Mato Grosso e Pará.

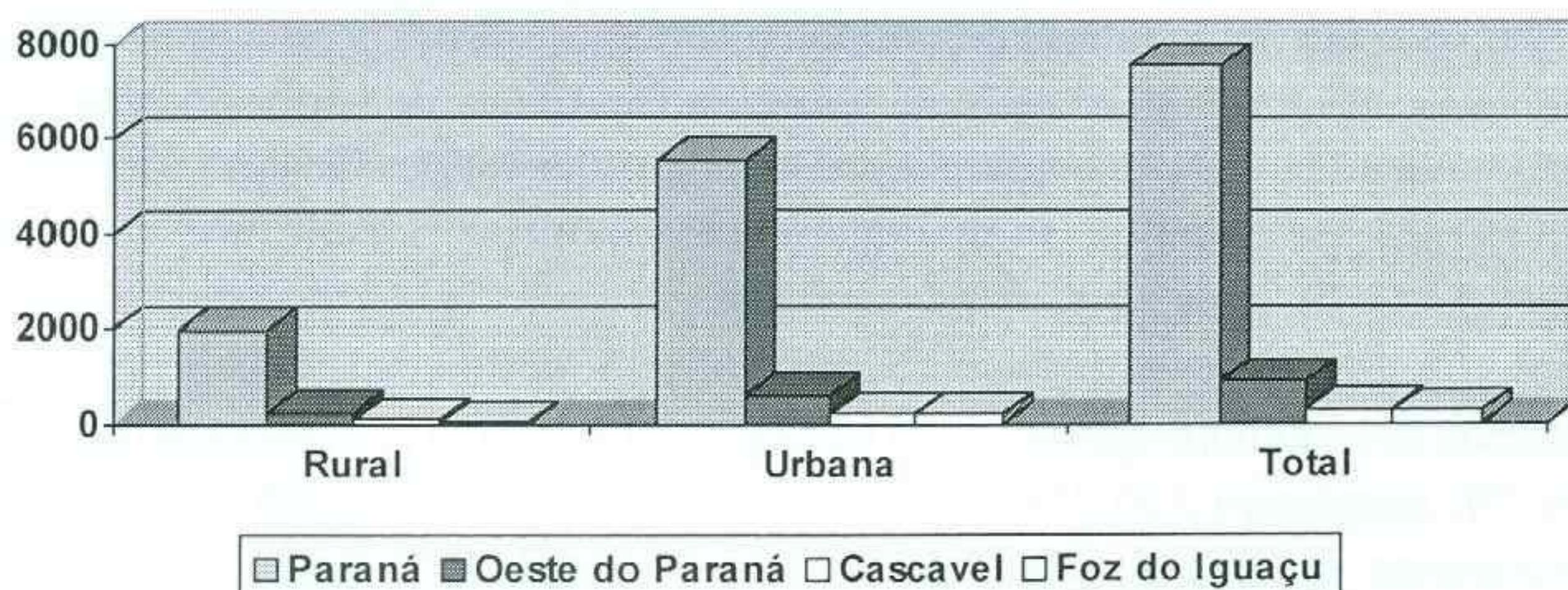
O caráter restrito da modernização pode ser constatado pela precária difusão de máquinas agrícolas, em número de tratores que, no início da década de 70, aumentou 326,3% e o Paraná passou a ser o segundo parque de máquinas no Brasil. Mas apenas 7% do total dos estabelecimentos empregavam máquinas agrícolas nas suas atividades, mesmo sob a condição de aluguel. A existência de mais de 70% de produtores na condição de pequeno produtor dá a dimensão de quanto o processo de modernização foi restrito na incorporação do progresso técnico e violento na redução de população (IPARDES, 1983).

As dificuldades dos pequenos produtores na incorporação do progresso técnico parecem estar calcadas na estrutura fundiária, concentrada e rígida, deteriorando, gradativa e relativamente, as condições de vida e de trabalho desses produtores, consequentemente, implicando na perda da propriedade ou posse da terra e na migração.

Durante a década de 70, 185 mil estabelecimentos no Paraná, passaram a utilizar força mecânica na agricultura, significando um aumento de 1.135% no emprego de máquinas. O período de maior intensidade situa-se entre 1970-75, quando 106 mil estabelecimentos foram mecanizados. Cerca de 63 mil tratores foram adquiridos, sendo a maioria deles (93%) concentrada entre produtores proprietários, mostrando o privilégio dessa categoria, na concessão do crédito para investimento (MAGALHÃES, 1996).

O Gráfico 11 mostra que, em 1991, a população total de Cascavel era maior que a de Foz do Iguaçu, a população urbana era pouco menor, enquanto que a população rural representava o dobro. Isso evidencia o baixo grau de ruralização de Foz do Iguaçu, que se deve em grande parte, à instalação da Hidrelétrica de Itaipu. Nesse período, Cascavel e Foz do Iguaçu detinham 65,3% da população do Oeste Paranaense. Dados que confirmam a tendência de Urbanização ao longo das últimas décadas.

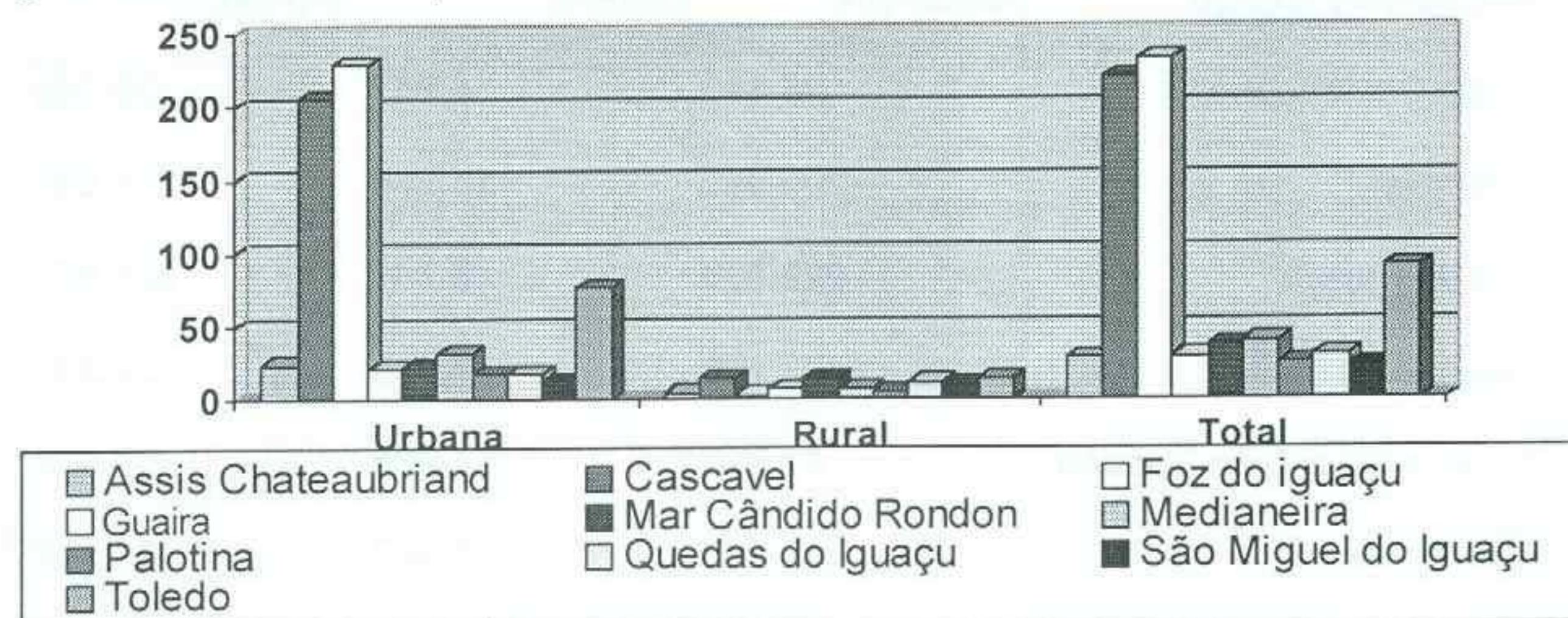
Gráfico 11 - População residente de 5 anos ou mais de idade - 1991 (em mil habitantes)



FONTE: Anuário estatístico do IBGE, vários volumes.

Em 1991, no Paraná, 73,5% da população era urbana. No Oeste do Paraná 71,3% e em Cascavel o percentual cai para 69,7%, por outro lado, Foz do Iguaçu supera este índice chegando a 83,16% de população rural no mesmo período.

**Gráfico 12 - Contagem populacional da região oeste do Paraná - 1996
(em mil habitantes)**



FONTE: Anuário Estatístico do IBGE, vários volumes.

Comparando-se o período de 1991 e 1996, através das Tabelas 1 e 2, percebe-se que Cascavel perdeu cerca de 5% da população urbana e 84,7% da população rural, enquanto Foz do Iguaçu perdeu 1,3% da população urbana e 92,9% da população rural. Das Microrregiões analisadas, algumas representam ainda um percentual elevado de população nas áreas rurais, sendo Marechal Cândido Rondon com 65,8%, Quedas do Iguaçu 66,3% e São Miguel do Iguaçu com 79,1%. Observa-se uma característica, quanto maior é o número de habitantes, menor o percentual da população rural.

Tabela 1 - população residente de 5 anos ou mais de idade - 1991

SITUAÇÃO	PARANÁ	OESTE DO PARANÁ	CASCABEL	FOZ DO IGUAÇU
Total	7.525.406	899.617	309.305	278.311
Urbana	5.532.209	641.708	215.833	231.458
Rural	1.993.197	257.909	93.472	46.853

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

De acordo com dados de IPARDES (vários volumes), a Região Oeste do Paraná teve uma variação populacional positiva de 466,26%, nas décadas de 60 a 70. Na década seguinte, 70 a 80, a variação percentual caiu para 31,39%, evidenciando o fim do processo de expansão de fronteira agrícola. Essa tendência continua na década seguinte, de 80 a 91, quando o índice vai para 3,82%. De 91 a 96, a variação eleva para 5,84%, mostrando um novo sentido nos movimentos migratórios que pode ser considerado um movimento de retorno.

TABELA 02 - Contagem populacional da região Oeste do Paraná - 1996

MICRORREGIÕES	URBANA	RURAL	TOTAL
Assis Chateaubriand	24.293	4.947	29.240
Cascavel	205.392	14.260	219.652
Foz do Iguaçu	228.326	3.301	231.627
Guairá	22.169	7.113	29.282
Marechal Cândido Rondon	22.683	14.925	37.608
Medianeira	32.180	7.967	40.147
Palotina	18.537	6.246	24.783
Quedas do Iguaçu	18.432	12.236	30.668
São Miguel do Iguaçu	12.934	10.235	23.169
Toledo	76.125	14.292	90.417

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

4. Conclusão

Por volta dos anos 30 e 40, quando o ciclo da erva-mate já estava em extinção, inúmeros migrantes atraídos pelo ciclo da madeira, ingressaram na Região Oeste do Paraná. Esses migrantes eram em grande parte poloneses, alemães e italianos, além de mineiros e nordestinos.

O ciclo da madeira promoveu a substituição de árvores por grandes lavouras de cereais e a criação de rebanhos de suínos, algodão e feijão. A colonização era liderada por companhias particulares, mais tarde passando para o gerenciamento do governo do Estado, que criou o Departamento Administrativo do Oeste (1948), e posteriormente passou a chamar-se Departamento de Fronteira. Este órgão tinha por objetivo estabelecer uma ocupação disciplinada e implantar infra-estrutura com capacidade de melhoramentos na qualidade de vida da população.

A Região Oeste do Paraná passou por vários recortes, ou seja, divisões municipais, ao longo do período de 1948 a 1954. Através desses recortes o governo ampliava sua presença assegurando a eficácia de sua ação colonizadora.

A partir dos anos 50, a Região Oeste do Paraná passa a ser ocupada com maior intensidade. Duas correntes migratórias compõem os fluxos mais importantes que chegaram ao Oeste. Uma procedente da população liberada do café no Norte do Estado quando esta cultura estava em declínio, e outra que veio do Sul do País, especialmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse grande número de migrantes era o resultado do processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, devido a ampliação de grandes propriedades voltadas à pecuária, no Rio Grande do Sul. Esse fluxo populacional de gaúchos e catarinenses, em sua maioria de origem italiana, além possuíam algum recurso financeiro e instrumentos de trabalho, o que lhes permitia a instalação de uma propriedade no meio rural.

Essa expansão da agricultura baseou-se fundamentalmente com base em técnicas de cultivo rudimentar utilizando trabalho intensivo de mão-de-obra familiar, formada por pequenos proprietários voltados à policultura alimentar e à pecuária suína. Essas culturas caracterizaram uma estrutura fundiária composta por pequena propriedade familiar. Isso pode justificar o fato de a Região Oeste do Paraná permanecer até 1970, com um índice mais elevado de população rural, cerca de 80,84%, se comparado com índices do Estado, 63,86%, ou com índices Região do Sul do País, 44,3%.

A partir dos anos 70, a Região Oeste do Paraná reverte essa situação. A estrutura fundiária se transforma reforçando os médios e grandes estabelecimentos porém, o acréscimo de terras incorporadas ao processo produtivo não incrementa a força de trabalho, liberando parte de seu contingente populacional que, segundo o IPARDES (1983), o Extremo-Oeste paranaense reduziu sua população em 126.451 habitantes entre as décadas de 70 e 80, caracterizando o esvaziamento populacional, num processo de migração rural-urbana. O esvaziamento populacional se deve em grande parte às mudanças estruturais na economia, que afetaram diretamente o setor agrícola. Paralelamente, inicia-se rapidamente um processo de urbanização e industrialização, o que dá continuidade a essa evasão da população rural.

Nos anos 80, o crescimento urbano expandiu-se associado à persistência e expansão do esvaziamento rural. Consolidam-se as aglomerações concentradoras e insinuam-se novas concentrações, como as de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. No período de 1986 a 1991, essas

concentrações absorveram 43% dos imigrantes da própria mesorregião e 58% das demais. Foz do Iguaçu recebeu o maior contingente de imigrantes vindos de outras mesorregiões, enquanto Cascavel e Toledo, receberam em maior proporção, os imigrantes da própria mesorregião, o que pode justificar em parte a perda de população da maioria dos municípios do Oeste Paranaense.

5. Referências bibliográficas

CIGOLI, Adilar Antonio. **A fragmentação do território e divisões político administrativas:** Análise da Criação dos Municípios do Estado do Paraná - Dissertação de Mestrado Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, 1999.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura:** Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria do Chain, CONCITEC e IPARDES, 1988.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

IANNI. **O colapso do populismo no Brasil — Getulismo e política das massas :** Copyrigth, 1987.

IBGE. **Recenseamento geral, 1980.**

_____. **Censo populacional, 1996.**

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico — Paraná, população recenseada nos recenseamentos gerais de 1970 e 1980, por situação de domicílio, segundo as Mesoregiões, os**

Municípios e os Distritos.

_____. **População recenseada - 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980**, segundo grupos de habitantes.

_____. **Censo Região oeste do Paraná, 1991/1996.**

IPARDES. Fundação Edson Viera. **Cenários da economia paranaense**. Curitiba: 1987-91.

_____. **Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná**. Curitiba: 1985.

_____. **Dinâmica demográfica, região sul anos 70 e 80**. Curitiba: 1997.

_____. **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba: 1983.

_____. **Paraná — As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná**. Curitiba: 1983.

MAGALHÃES, Marisa Vale. **A migração no Paraná nas últimas décadas: um balanço preliminar**. Análise Conjuntural, v. 14 n. 11/12 nov-dez/1992, Curitiba: Ipardes, 1992.

_____. **O Paraná e as Migrações – 1940 a 1991**. Dissertação de mestrado. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte: 1996.

MELO, Fernando B. Homem de,. **A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra**. Rio de Janeiro : F.G.V, revista brasileira de economia, v. 33 n. 1, jan./mar. 1979.

_____. **O problema alimentar no Brasil: A importância dos desequilíbrios tecnológicos**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

PARISOTTO, Roberto. **A migração no Paraná nas décadas de 70 e 80 : fatores que contribuíram para a evasão rural e a concentração nos grandes centros urbanos**. Cascavel: 1996.

SINGER, Paul, Economia Política de Urbanização.
Brasiliense, 10 ed. São Paulo: 1985.

Recebido para publicação em 03/04/01
Aceito para publicação em 20/12/01